

edição nº 323 • crusoe.com.br

Crusoe

EXTREMO ENGANO

Preocupação com a
direita não pode acobertar
perigos da esquerda





Apoiadores do partido França Insubmissa, de Jean-Luc Mélenchon, festejam em Paris

Extremo engano

[Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/CLUBEDEREVISTAS](https://t.me/CLUBEDEREVISTAS)

Preocupação com a direita não pode cobrir perigos da esquerda

12.07.24



DUDA TEIXEIRA

[Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/CLUBEDEREVISTAS](https://t.me/CLUBEDEREVISTAS)

Definir os fatos que nos cercam da maneira mais precisa possível é condição necessária para entender o mundo e interferir sobre ele. Esse processo nunca esteve relacionado a opiniões políticas, ideológicas e de posição social. Contudo, nas últimas semanas, declarações de políticas e textos na imprensa foram prófugos em usar os termos mais criativos e exagerados para se referir a uma ameaça à democracia vinda da direita. Só o presidente Lula usou vagamente as expressões “*extrema-direita*”, “*experiências ultraliberais*”, “*nacionalismo arcaico*”, “*golpistas*” e “*antipovo*”.

É imprescindível que qualquer pessoa possa soar o alarme ao identificar alguma ameaça à democracia. Quando as preocupações são incluídas no debate público, os perigos podem ser neutralizados. O problema das últimas semanas é que as advertências foram feitas unicamente em relação aos partidos e políticos da direita, sem qualquer crítica para a esquerda. Por causa disso, a veia revolucionária do francês Jean-Luc Mélenchon foi ignorada ou relativizada. Trata-se de um alarmismo seletivo, que faz rotulações genéricas apenas para um lado do espectro político.

Nas eleições legislativas francesas, que tiveram o segundo turno no domingo, 7, o estardalhaço foi todo com o partido Reagrupamento Nacional, de Marine Le Pen, que segundo diversos veículos de imprensa seriam de “*extrema-direita*”. Há alguns anos, porém, Marine levou seu partido mais para o centro, assim como fez a italiana Giorgia Meloni, dos Irmãos da Itália. O RN não apenas elimina os traços de antissemitismo, como tem se manifestado a favor de Israel após a invasão do Hamas, em 7 de outubro (leia a reportagem “*Radicalmente moderadas*”, de Alexandre Borges, nesta edição da **Crusoé**).

Ao final, o RN teve uma votação abaixo da esperada, ainda que tenha sido o partido que, positivamente, recebeu mais votos (coalizões de centro e de esquerda se saíram melhor). Isso ocorreu devido à desistência de candidatos do centro e da esquerda que estavam em terceiro lugar em centenas de distritos no segundo turno, o que tirou a chance de o RN ficar em primeiro lugar em várias cidades. O corolário dessa estratégia foi a ascensão da Nova Frente Popular, NFP, uma coalizão heterogênea de esquerda. Das 182 cadeiras que o NFP terá direito na próxima Assembleia Nacional, o partido França Insubmissa, de Mélenchon, terá a maior bancada, com 71 deputados.

Ainda que cientistas políticos debatam a melhor maneira de definir ideologicamente Mélenchon, há bons motivos para incluí-lo dentro da “*extrema-esquerda*”. Isso porque o francês, ainda que dispute eleições, tem um ímpeto revolucionário. Seu objetivo é reembolsar o sistema político francês nos seus próprios moldes. Mélenchon, assim, estaria um passo além do que se considera como “*esquerda radical*”, na definição do cientista político holandês Cas Mudde, um dos principais teóricos do populismo.

Para Mudde, que é professor da Universidade da Geórgia, nos Estados Unidos, a “*extrema-direita*” pode ser dividida em “*radical*” e “*extrema*”. Em comum, todos usam a retórica do “*nós contra eles*”. Eles têm uma visão estreita do que seja o “*povo*” ou a “*nação*”, e rejeitam pessoas com valores e interesses diferentes, como imigrantes e muçulmanos. Mas os radicais aceitam as regras da democracia, como as eleições, e não querem substituí-la por outra coisa. Os extremistas, por outro lado, querem trocar o jogo democrático por outro. “*Os partidos considerados extremos, sejam eles de esquerda ou de direita, não lidam bem com as restrições institucionais. Na realidade, tais partidos têm uma natureza anti-institucional*”, diz o cientista político Carlos Pereira, autor do livro *Por que a democracia brasileira não morreu?* (Assistente de entrevista com Pereira nesta edição da **Crusoé**).

Quando Mélenchon concorreu na eleição de 2022, que deu um segundo mandato para o presidente Emmanuel Macron, seu programa incluía a instalação de uma **Sexta República** para acabar com o que ele considerava uma monarquia presidencial absolutista. “*Mais do que nunca, é hora de virar a página da Quinta República. É uma Constituição datada, concebida para um homem, o general de Gaulle, que morreu há 52 anos*”, diz o texto. Citando a Revolução Francesa de 1789, o programa pedia uma Assembleia Constituinte com uma “*estratégia revolucionária*” com vistas a uma “*ruptura profunda*” e que levaria a uma “*convulsão democrática*”. A maneira como a nova Constituição seria escrita seria definida por decreto, que teria de ser aprovado em um referendo. Alguns constituintes **seriam escolhidos para sorteio** (sério!). Pessoas que já exerceram algum mandato parlamentar seriam proibidas de participar. A Assembleia Constituinte teria centros municipais para estimular a participação de pessoas normalmente excluídas, como os mais pobres, os jovens e os “*moradores nos bairros da classe trabalhadora*”. A França Insubmissa ainda sugeria que os cidadãos fossem capazes de se reunir abaixo-assinados para “*proporcionar ou revogar leis, modificar a Constituição ou destituir funcionários eleitos*”. Qualquer frase dessa, se aparecesse no programa do Reagrupamento Nacional, geraria um escândalo, mas no programa de Mélenchon elas acabaram passando batido.

A inspiração de Mélenchon não é nenhum país democrático, mas a ditadura venezuelana e grupos terroristas muçulmanos. O francês disse que Hugo Chávez tinha estabelecido “um governo que partia a receita petrolífera com o povo e com os pobres”. Já no período de Nicolás Maduro, Mélenchon se uniu à adesão de seu país à **Alba (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América)**. Mais recentemente, após o atentado terrorista do Hamas em Israel no dia 7 de outubro, o partido de Mélenchon, França Insubmissa, considerou a ação como “uma ofensiva armada das forças palestinas”.

Adular tiranos, ocultando o caráter repressivo deles, não é exclusividade de extremistas. O presidente Lula esta semana defendeu que a ditadura da Venezuela seja novamente incluída no Mercosul, mesmo o bloco tendo uma cláusula democrática, o Protocolo de Ushuaia, assinado em 1998. “*Esperamos também poder receber logo e muito rapidamente, de volta, a Venezuela. A normalização da vida política venezuelana significa estabilidade para toda a América do Sul. Por isso, fazemos votos de que a eleição ocorra de forma tranquila e que o resultado seja reconhecido por todos*”, disse o petista. A diferença, nesse caso, é que Mélenchon propõe uma restituição da república francesa em outros moldes, algo que Lula não ousa fazer.

Voltando à definição de extremismo, alguns cientistas políticos entendem que a principal evidência de que um partido entra nessa categoria é sua **recusa em fazer alianças com outras forças**, mesmo defendendo ideias semelhantes. Isso indicaria, no fundo, a tradução das regras democráticas. Ao contrário, um partido que forma alianças é obrigado a concordar com os demais e fazer concessões, o que atenuaria traços autoritários. “*Os partidos extremistas rejeitam os outros partidos. Eles não aceitam o jogo político*”, diz o francês Thomas Charayre, professor de ciência política na Universidade SciencesPo, em Paris.

Pois bem, a França Insubmissa entrou na Nova Frente Popular, enquanto o Reagrupamento Nacional, de Marine Le Pen, seguiu sozinho. Mas vale notar que o isolamento do RN não ocorreu por vontade própria. Antes das eleições legislativas, o líder do partido de centro-direita Os Republicanos, Eric Ciotti, parceiro de uma aliança com o RN e conversou com seus principais líderes. Marine Le Pen afirmou que o gesto era uma “*escolha amorosa*” e que mostrava “*senso de responsabilidade*”. Uma reação contrária, contudo, ocorreu dentro do partido Os Republicanos, impedindo a aliança com o RN.

Ressalva como essa mostra como é difícil aplicar os conceitos de partido radical ou extremista às lendas atuais. “*O que podemos apontar são algumas tendências. Quem vai saber melhor sobre isso são os historiadores do futuro*”, diz Charayre. “*A principal pergunta que ainda não tem resposta é o que fariam esses partidos se um dia alcançarem o poder. Eles tentarão usar o Judiciário para perseguir rivais? Respeitarão os demais partidos? São coisas que não temos como saber agora*.”

Na terça-feira, 9, o partido França Insubmissa, de Mélenchon, pressionou para que Macron indicasse um primeiro-ministro da Nova Frente Popular, algo que o presidente se recusasse a fazer. “*Único no mundo democrático: o presidente se recusou a reconhecer o resultado das sondagens que colocaram a Nova Frente Popular na liderança em votos e assentos na Assembleia. É o regresso do veto real ao sufrágio universal*”, escreveu Mélenchon no X, o antigo Twitter. Nesta quinta, 11, o político acusou Macron de ter dado um “*golpe presidencial*”.

Para a sorte dos franceses, a probabilidade de Macron nomear Mélenchon como primeiro-ministro é ínfima. No centro e dentro da NFP, há partidos que não gostam do seu pendor revolucionário. “*Mélenchon é muito impopular na esquerda francesa, que é bastante liberal na política*”, diz o cientista político Carlos Gustavo Poggio. Mesmo na eventualidade de um governo de Mélenchon no futuro, seu autoritarismo acabaria esbarrando nas cláusulas democráticas da União Europeia, assim como ocorre hoje com o governo de Viktor Orbán, da direita radical, na Hungria. A ameaça, como se vê, pode vir de todos os lados. Pelo bem da democracia, é importante que o alarme funcione para todos.



Radicalmente diabéticas

Como a francesa Marine Le Pen e a italiana Giorgia Meloni trouxeram seus partidos mais para o centro

12.07.24



ALEXANDRE BORGES

" *Quem é Giorgia Meloni, a líder de extrema-direita que deve ser a primeira mulher a governar a Itália*", dizia a manchete do jornal *O Globo* em 25 de setembro de 2022, reproduzindo conteúdo do *The New York Times*. No dia seguinte, era o *Correio Braziliense*: " *Com Giorgia Meloni, extrema-direita triunfante nas urnas da Itália*". A revista *Istoé* não fez por menos: " *A deputada Giorgia Meloni, da extrema-direita italiana, pode ser eleita e apavorada a Europa*".

O mesmo consenso midiático se vê em relação à francesa Marine Le Pen, do partido Reagrupamento Nacional (RN). Já seus adversários mais extremistas e antissemitas nunca recebem os rótulos de extremistas, radicais ou " *ultra*". No máximo, " *esquerda*". Há poucos dias, a manchete do portal *G1* era " *Mélenchon, Tondelier, Glucksmann: quem é quem na aliança de esquerda na França*". Os outros seguiram a mesma linha ideológica, com raras exceções.

As acusações de extremismo contra Marine Le Pen e Giorgia Meloni frequentemente carecem de base factual e resultam de associações simplistas e historicamente desatualizadas com movimentos e líderes do passado.

Marine Le Pen adotou uma série de estratégias para modernizar seu partido e ampliar o apelo eleitoral. Essas mudanças incluem um total afastamento das posturas antissemitas de seu pai, Jean-Marie Le Pen, uma aproximação com causas feministas, um distanciamento da Rússia e um apoio direto a Israel.

Jean-Marie Le Pen, fundador do partido originalmente chamado Frente Nacional, era conhecido por suas declarações infames e racistas. Ele chegou a minimizar o Holocausto, chamando as câmaras de gás nazistas de " *detalhe*" da história. Marine Le Pen, ao assumir a liderança do partido, em 2011, iniciou um processo de expurgo na sigla, que incluiu a expulsão de seu pai, do partido em 2015. Ela afirmou: " *Eu não sou Jean-Marie Le Pen*."

Ela tem participado de manifestações contra o antissemitismo e defendido uma postura claramente pró-Israel, muito mais do que o governo brasileiro que não costuma ser chamado de extremista. O líder do RN conheceu os ataques terroristas do Hamas como " *massacres*" e apoiou a destruição do grupo pelo governo israelense.

Embora Marine Le Pen não seja amplamente reconhecida como feminista, ela tem despertado o voto das francesas. Durante suas campanhas, ela abordou questões de direitos das mulheres, frequentemente criticando o que considera ser a ameaça do islamismo radical aos direitos femininos na França. " *Nosso objetivo é defender a soberania nacional e proteger os franceses, mas isso não significa rejeitar os outros*", disse Le Pen, afastando ideias de que seria xenófobo.

Desde sua derrota para Emmanuel Macron em 2017, Marine Le Pen tem moderado seu discurso em diversas áreas, incluindo a imigração e a política externa. Ela abandonou a ideia de retirar a França da União Europeia e suavizou sua retórica contra a imigração, embora continue a defender políticas rigorosas nessa área: " *Eu quero unir todos os franceses, independentemente de sua origem, cor de pele ou religião*", afirmou. Marine Le Pen tem repetidamente afirmado: " *Eu não sou extrema-direita*."

Giorgia Meloni, primeiro-ministro da Itália e líder dos Irmãos da Itália, tem dado declarações públicas sobre o fascismo, equilibrando a condenação do passado fascista da Itália com a defesa de seu partido, que tem raízes no movimento.

Numa visita ao gueto judeu em Roma, Meloni condenou uma das ações mais infames do regime de Benito Mussolini, afirmando categoricamente: " *as leis raciais foram uma desgraça*". Em seu discurso inaugural no Parlamento, Meloni fez uma forte condenação ao fascismo, dizendo: " *as leis raciais de Mussolini em 1938, que levaram à deportação de milhares de judeus para campos de concentração, foram o pior momento da história italiana*". Ela também afirmou: " *Nunca simpatizei com regimes antidemocráticos, incluindo o fascismo*".

Meloni tem enfatizado que não há espaço para o fascismo dentro do Irmãos da Itália: " *Não há espaço para o fascismo em nossas torcidas*". Em um comunicado após um escândalo envolvendo a juventude de seu partido, Meloni reiterou: " *Não há espaço dentro do Irmãos da Itália para posições racistas e antissemitas, nem para defensores do totalitarismo do século 20 ou qualquer outra exibição de tradições ignorantes*".

No Dia da Libertação, que marca o fim do regime fascista na Itália, Meloni disse: " *Com o fim do fascismo, a Libertação lançou as bases para o retorno da democracia*". Meloni também defendeu o Movimento Social Italiano (MSI), o precursor dos Irmãos da Itália, afirmando que o partido era " *da direita democrática*" e " *permitiu milhões de italianos derrotados pela guerra em direção à democracia*".

O Irmãos da Itália mantém alguns símbolos históricos do MSI. Essas imagens são parte da identidade visual e histórica do partido e têm gerado debates acalorados sobre a continuidade ideológica entre o MSI e o Irmãos da Itália, mas **sem qualquer evidência concreta de orientação política ou ideológica real do partido**.

O símbolo mais notável é a *Fiamma Tricolore*, que foi originalmente adotada pela MSI em 1946 e representa uma chamada nas cores da bandeira italiana (verde, branco e vermelho). Giorgia Meloni afirmou que a imagem representa a continuidade com a história da direita republicana italiana.

Com base no programa eleitoral oficial do partido de Meloni para as eleições de 2018, o analista pode checar, na fonte, as principais propostas de Giorgia Meloni. Entre elas, a defesa da família tradicional com apoio às famílias numerosas e proteção da maternidade e incentivo à natalidade.

Na política econômica, propõe-se a redução da pressão fiscal, a simplificação do sistema tributário e o apoio às pequenas e médias empresas. Em termos de imigração, Meloni defende um controle mais rigoroso das fronteiras e o combate à imigração ilegal.

Na área de segurança, propõe-se o reforço das forças policiais e o enfrentamento das penas para crimes graves. Em política externa, defender os interesses nacionais na União Europeia e o fortalecimento da parceria transatlântica.

Na cultura e identidade nacional, valoriza-se o patrimônio cultural italiano e a promoção da língua e cultura italiana no exterior. Na educação, propõe-se investimento em pesquisa e inovação e a valorização do mérito no sistema educacional. Na saúde, defendemos a melhoria do sistema de saúde público e combatemos as listas de espera. No meio ambiente e energia, promove fontes de energia renováveis e a proteção do território e prevenção de desastres naturais.

Millôr Fernandes dizia que a pornografia é " *tudo aquilo que excita os moralistas*". Atualmente, o mesmo se pode falar do extremismo.



ENBPar, a estatal dos encostados

Empresa criada após a privatização da Eletrobras empregando filho de deputado, de senador — e um aluno do ministro

12.07.24

[Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/CLUBEDEREVISTAS](https://t.me/CLUBEDEREVISTAS)



GUI MENDES

Criada em 2021, a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional, ENBPar, é uma das mais jovens estatais brasileiras. Sob seu comando, ficou aquilo que o governo de Jair Bolsonaro não conseguiu privatizar da Eletrobras: a *holding* controla as ações do governo federal em Itaipu Binacional e as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), responsáveis pela geração nuclear das usinas de Angra 1,2 e 3, além de gerir políticas públicas como o Luz para Todos e o Proinfa.

Três anos depois de sua fundação, a empresa tornou-se um gabinete de empregos, atendendo a nomes que já integravam escândalos petistas, pais de parlamentares e acompanhados de figuras políticas em Brasília.

Um caso está sob análise no Tribunal de Contas da União (TCU), envolvendo um possível nepotismo cruzado entre uma assessora (que seria casada com outro assessor na mesma pasta) e um diretor de outra estatal. Mas o buraco está mais abaixo: há, entre os 124 comissionados da ENBPar, de neto de ex-presidente a filho de deputado, filho de senador e um ex-prefeito petista na folha salarial da estatal.

Uma ascensão meteórica, sob análise no TCU

Na denúncia apresentada no fim de junho pelo Ministério Público junto ao TCU, o subprocurador Lucas Furtado aponta indícios de nepotismo cruzado entre Rômulo Greficce Miguel Martins, diretor na Empresa Gestora de Ativos (Emgea), e sua irmã, Cláudia Martins de Souza, que é assessora na presidência da ENBPar.

Nada impede que os dois, mesmo com grau de parentesco, atuem em diferentes estatais. O problema está fora deles: ambos ainda têm participação em um escritório de advocacia (o que é proibido a diretores de estatais), sendo sócio de uma banca em Belo Horizonte. Segundo a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a banca segue ativa, e os dois são os únicos sócios.

Na denúncia apresentada por Furtado, Rômulo estaria *“valendo-se de sua posição de diretor da Emgea e de uma suposta relação pessoal com o presidente da ENBPar, [favorecendo] tanto a sua irmã, que foi nomeada como assessora da presidência da ENBPar, como seu cunhado, Sr. Antonio Rodrigo Santos, que também teria sido nomeado assessor da ENBPar”*.

O terceiro nome envolvido é o de Antonio Rodrigo, que também é assessor na presidência. Uma fonte ouvida pela reportagem, com conhecimento direto do dia a dia da estatal, confirma as denúncias: não só Cláudia e Rômulo estariam atuando em conjunto, como ainda moraria com Antonio Rodrigo. Para evitar rumores de que são casados (e que não deveriam estar atuando no mesmo cargo), Cláudia e Rômulo teriam apresentado uma certidão de óbito — um dispositivo antigo, que já foi superado pela existência do divórcio. Ambos, no entanto, morariam no mesmo apartamento, em um bairro nobre da capital federal, apontando fontes na empresa.

Cláudia entrou na ENBPar em junho do ano passado, como assessora de nível I. Neste ano, foi promovida a assessora de nível IV, ligada diretamente à presidência e conquistando quase três vezes mais.

O Ministério Público pede para que se analise o fato de que Cláudia não teria a experiência necessária para o desempenho do cargo a tal nível: dados internos da ENBPar, que a reportagem teve acesso, mostra que Cláudia seria a responsável de apenas seis dos 34 pareceres produzidos pela presidência nesse ano. Outras avaliações, em posições abaixo da sua, seriam produzidas mais.

Gabinete de empregos

A lista de assessores na folha salarial da ENBPar ainda mostra que nomes ligados ao governo Lula ocupam cargos de cúpula na empresa. Alguns têm ligação direta com o Congresso, enquanto outros são de outros momentos do PT.

Paulo Lorenzo Alecar Guedes, filho do deputado federal Paulo Guedes (PT-MG), tem um cargo de assessor IV na presidência da estatal, com um salário superior a 20 mil reais. Além dele, uma ex-assessora do parlamentar, Lidiane Ribeiro Marinho, atua na área de cerimonial da estatal.

Na folha salarial da ENBPar, disponível no site da empresa, ainda está o ex-prefeito de Ipatinga e ex-deputado federal pelo PT, João Magno — que escapou da cassação na Câmara, em 2006, pelo seu envolvimento no escândalo do mensalão. Depois da volta do PT ao poder, em 2023, ele será um avaliador de carga especial para energia limpa.

O neto do ex-presidente José Sarney, Daniel Sarney, também tem um cargo de assessor na gerência de inovação da empresa. E na geração de projeto estratégico, está Sergio Oliveira Cunha Junior, filho do senador Sérgio Petecão (PSD-AC).

Xingozinho

Nenhum nome no gabinete de empregos da estatal elétrica parece ter a sorte de Xingozinho, como é conhecido Leandro Xingó de Oliveira. Em julho do ano passado, o portal *Uol* revelou como ele chegou aos 42 anos com um salário bruto de 41 mil reais, mais 4,3 mil reais em auxílio-moradia, sem nenhuma experiência no setor, mas com o apadrinhamento do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Até o ano passado, Xingozinho era vereador pelo PP em Coronel Fabriciano, cidade de 110 mil habitantes vizinha a Ipatinga. Seu pai, João Xingó, é delegado da polícia civil como Silveira um dia foi, e a amizade das duas famílias levou Xingozinho para a política.

Quando Silveira se elegeu deputado, conta o portal, ele levou o seu apadrinhado. Quando o secretário de saúde voltou, o assessor foi junto. Em Belo Horizonte, Alexandre Kalil (PSD) teria atendido aos pedidos de Silveira e dado um cargo ao aluno. Quando este chegou ao MME de Lula, Xingozinho não estava longe. Hoje, ele é o diretor de Gestão Corporativa e Sustentabilidade da empresa.

Pela Lei das Estatais, Xingó não poderia, com tão pouca experiência, assumir a diretoria de uma estatal que teve receita líquida de quase 19,8 bilhões de reais em 2022 — há a cobrança de, no mínimo, dez anos de experiência no setor público ou privado na área de atuação da empresa. O impasse durou até abril deste ano, quando a Controladoria-Geral da União (CGU) revisou seu posicionamento e, segundo o *Uol*, permitiu que Xingó assumisse a vaga.

O que dizem os envolvidos

Durante a semana, **Crusoé** encaminhou duas rodadas de questionamentos à ENBPar. No primeiro, foram feitas seis perguntas sobre a promoção de Cláudia, sua produção contestada internamente e a relação entre ela e Antonio Rodrigo.

Sobre o tema, a assessoria respondeu: *“A advogada Cláudia Martins está na ENBPar desde 2023, sempre apta a desempenhar as funções que lhe são atribuídas, seja na Consultoria Jurídica ou na assessoria jurídica da Presidência, onde passou a atuar em junho último. Não há que se fale em nepotismo ou tráfico de influência já que não há relação de subordinação entre a advogada e as outras pessoas citadas”*.

Na segunda mensagem, foram questionadas as relações de parentesco de Daniel Sarne, Sergio Oliveira Júnior e Paulo Lorenzo Guedes, assim como suas produtividades e formas de ingresso na estatal.

Desta vez, a assessoria de imprensa da empresa respondeu que o plano de carreira está sendo montado, que alguns profissionais estão desde antes da constituição da holding e que *“os profissionais que integram a ENBPar atendem aos requisitos das funções que lhe são atribuídas. Seus nomes são súditos do comitê interno de pessoal”*. A empresa, novamente, não se manifestou sobre os casos citados nesta reportagem.

Xingozinho afirmou que possui *“total domínio”* sobre a área e que cumpre o que manda a Lei das Estatais para ocupar o cargo de diretoria, ressaltou ter formação em direito e ressaltou que tanto a CGU quanto a Advocacia-Geral da União (AGU) teriam validado seu nome. Questionado o motivo das críticas ao seu nome, ele disse que isso se dá porque *“tenho ligação com o ministro [Alexandre Silveira] — por isso virei alvo”*.

“Eu trabalhei com ele quando ele foi deputado e quando ele foi secretário de estado. E eu tenho muito orgulho disso”, afirmou Xingozinho.

O senador Sergio Petecão negou que tenha influenciado na escolha de seu filho para um cargo na estatal. *“O Serginho — eu me refiro a ele como Serginho — é formado em engenharia civil aqui em Brasília, pelo UniCEUB, e recebeu um convite de um amigo para trabalhar lá”*, disse o parlamentar na quarta, 10, valendo-se de alguns palavrões para exaltar as habilidades do filho. O deputado Paulo Guedes foi procurado por meio de sua assessoria, mas não respondeu até o fechamento desta edição.

Rômulo apresentou ao TCU uma defesa de 27 páginas, em seu nome e de Cláudia, onde nega conflito de interesses e nepotismo cruzado entre os estatais. *“[O subprocurador do TCU] não tem nenhum elemento, nem ao menos indícios, a não ser uma suposta denúncia recebida em segredo no seu gabinete, e para afirmar, mesmo usando o adjetivo eventual de forma equivocada e como um subterfúgio [...] para assegurar essa ascendência de Rômulo sobre o presidente de uma empresa estatal do porte da ENBPar”*, argumenta sua defesa, assinada por ele mesmo. *“Se a tivesse, ele seria o presidente da própria empresa e não um diretor dentre outros.”*

A denúncia sobre Cláudia e Rômulo Martins, no TCU, tem relatoria do ministro Vital do Rêgo. O caso pode se mostrar ainda mais complexo para o ministro da Corte de Contas, já que um parente seu atua como assessora na própria entidade. Procurado pela assessoria de imprensa do Tribunal, o gabinete de Vital do Rêgo disse que não irá se manifestar.



Eduardo Paes: "o beach tennis é na praia de verdade"

Faria Lima carioca

Bolsa de valores no Rio de Janeiro poderia marcar uma nova fase no mercado financeiro nacional

12.07.24



RODRIGO OLIVEIRA

O vídeo do aprendiz de influenciador e prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, anunciando o retorno de uma bolsa de valores à cidade maravilhosa talvez lembre alguns da notória "malandragem carioca". Aquele jeito despojado e brincalhão que, nem sempre, favorece o alvo da traumatização.

A notícia, no entanto, pode realmente beneficiar a economia brasileira como um todo e dinamizar a cena carioca. Ainda pendente de autorização do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários, a iniciativa pode trazer competição para um ambiente monopolizado pela B3 no Brasil. Cenário bem diferente do passado distante nacional que já viu passar quase três faixas de bolsa de valores.

O próprio Rio de Janeiro, ao lado da capital baiana Salvador, foi uma das primeiras localidades a receber uma, ainda no século 19. São Paulo, para possível exclusão de Paes, só recebeu a primeira iniciativa do tipo em 1890.

Para reativar a bolsa carioca, fechada há mais de duas décadas, a Câmara de Vereadores do Rio e a prefeitura solicitam a redução da alíquota do ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) de 5% sobre 2%. Afinal, como diria a sabedoria popular: para quem não tem nada, a metade é o dobro.

De acordo com o prefeito, o imposto foi responsável pela arrecadação de 1,5 bilhão de reais em três anos, mas pode ser beneficiário da entrada de um concorrente na B3.

A nova bolsa, ainda sem um nome definido, responde pelo pseudônimo ATS (American Trading Service), para espelhar o nome da responsável pelo negócio – a ATG (American Trading Group). A empresa é especializada em negociação eletrônica e foi comprada pelo fundo árabe Mubadala Capital no início do ano passado.

A concorrência com a Bolsa do Brasil, como a B3 chama a antiga Bolsa de Valores do Estado de São Paulo, promete ser acelerada. **Atualmente, a disputa pelas ações das empresas brasileiras é com as bolsas de Nova York**, onde diversas companhias nacionais optaram por abrir capital nos últimos anos.

As dificuldades do mercado financeiro no Brasil são históricas e explicam em boa medida o fato de só ter sobrado uma bolsa de valores no país e vão desde o ambiente legal incerto até fraudes.

Na primeira metade do século passado, por exemplo, a Lei da Usura limitava os juros a 12%. Num ambiente tomado por uma inflação crescente, o teto dificultou o desenvolvimento de um mercado de capitais ativo.

Dos anos 1960 em diante, o governo inverteu a mão e passou a dar incentivos fiscais à compra de ações. Foi o que desencadeou o "boom" da bolsa carioca no primeiro semestre do ano de 1971, que foi seguido por uma grande queda e decepção por parte dos investidores.

O golpe de misericórdia na bolsa carioca veio com as operações do megainvestidor Naji Nahas, que, entre outras estratégias, teria utilizado laranjas para fazer às vezes da outra ponta da operação e assim inflar os preços dos papéis.

O chamado "zé-com-zé", quando um investidor é o comprador e o vendedor de uma ação ou derivativo, promove uma falsa liquidez para o ativo e provoca mudança artificial nos preços. Em 1989, a operação acabou quebrando a bolsa carioca.

Absolvido da acusação anos mais tarde (após um período preso), Nahas ficou ainda mais rico, e **a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro ficou aos frangalhos, sendo absorvida pela paulista no início dos anos 2000.**

A expectativa agora é que a lição tenha sido aprendida e uma nova concorrente no mercado financeiro possa fazer frente à bolsa de valores sediada na capital paulista. Longe das piadas de Paes sobre copos Stanley, patinetes elétricos e coletinho, a iniciativa pode marcar uma nova fase no mercado financeiro nacional.

A expectativa do grupo ATG é fazer os primeiros negócios até o início de 2026, passando pela negociação de ações e derivativos e uma *clearing* (para compensação e liquidação de ordens de compra e venda) e avançando para futuros de opções e derivativos em uma segunda fase.

A esperança dos investidores é que a melhor parte da iniciativa, ao contrário do que o prefeito do Rio de Janeiro definiu no vídeo de divulgação da notícia, não seja que na capital carioca "o beach tennis é na praia de verdade", mas sim a criação de um ambiente seguro para o investimento do brasileiro.



Carro de Nir e Noa Baranes, atingido por míssil do grupo terrorista libanês

Precisamos falar sobre o Hezbollah

Apesar da atenção dada ao Hamas desde os atentados de 7 de outubro, o grupo terrorista libanês é um perigo muito maior

12.07.24



CAIO MATTOS, DE BUENOS AIRES

Um casal de israelenses foi atingido em um ataque de gangues do Hezbollah na terça-feira, 9 de julho, nas Colinas de Golã, ao norte de Israel. Nir e Noa Baranes tinham 46 anos e morreram logo após o carro deles ser totalmente destruído. Eles deixaram três filhos. O episódio integra uma série de ataques do grupo terrorista libanês contra o Estado Judeu desde o atentado terrorista do Hamas a Israel, em 7 de outubro do ano passado. Desde então, o Hezbollah tem lançado múltiplos ataques para distrair as defesas de Israel em solidariedade ao grupo palestino, que luta na Faixa de Gaza. Apenas no dia 4 de julho, o grupo libanês disparou mais de 200 jatos. Hoje, Hezbollah e Israel estão em uma guerra não declarada, mas, a qualquer momento, pode virar um conflito aberto, de maiores proporções.

O Hezbollah ampliou as investidas na última semana em resposta ao bombardeio israelense que matou um dos mais importantes comandantes do grupo, Muhammad Naser, no dia 3. A retórica contra Israel foi inflamada e o grupo divulgou dois vídeos com imagens de bases militares e instalações israelenses capturadas por drones enviados pelo grupo. **Foi uma maneira de ameaçar os israelenses**. Entre os possíveis alvos estava o porto de Haifa, o maior do país. Ainda nesta semana, um integrante da cúpula do Hezbollah afirmou na televisão que o grupo não deveria recuar, apesar dos avanços recentes em tratativas de cessar-fogo entre Israel e um quase desmobilizado Hamas. A mensagem é que uma derrota do Hamas na Faixa de Gaza não será capaz de conter uma escalada de violência ao norte.

O Hezbollah é muito maior e mais estruturado que os terroristas da Palestina. Fundado em 1985, dois anos antes do Hamas, e também em reação a Israel, o grupo terrorista libanês conta hoje com pelo menos 20 mil combatentes e 20 mil reservistas. A guerra em Gaza não impactou muito esses números, com menos de 500 mortes de militantes confirmadas até meados de junho. Em comparação, o Hamas, que tinha 30 mil membros no início do conflito, perdeu ao menos cerca de metade. Quanto ao arsenal do Hezbollah, as estimativas de junho apontam em 150 mil a 200 mil foguetes e enviarão de diversos alcances. Um relatório de 2018 do think tank Center for Strategic and International Studies chegou a apontar o grupo terrorista libanês como “o ator não estatal mais fortemente armado do mundo”.

O líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah, afirmou que “nenhum lugar em Israel” estaria “seguro”, em caso de uma guerra aberta entre o grupo, durante pronunciamento oficial divulgado em 19 de junho — na esteira da morte de outro comandante em greve israelense. *“O Hezbollah realmente pode mandar um míssil direto para Tel Aviv ou Jerusalém e gerar baixas civis grandes”*, diz Anita Efraim, coordenadora de comunicação do Instituto Brasil Israel. Claro, o grupo terrorista libanês não é forte o suficiente para destruir Israel, mas já se mostrou resistente em diversos combates contra o Estado Judeu desde a década de 1980. Mais recentemente, entre julho e agosto de 2006, o Hezbollah e Israel entraram em guerra aberta, que nunca se encerrou oficialmente.

A probabilidade de uma guerra aberta é baixa. O Hezbollah tem interesses estratégicos em preservar sua situação no Líbano, onde é uma das principais forças no Parlamento nacional. Uma guerra mais ampla poderia colocar em xeque a posição de poder do Hezbollah no Líbano.

O Irã, que financia, treina e arma o Hezbollah, também não tem interesse em ampliar o conflito. O país está passando por mudanças internas na política, e quer evitar um cenário de maior instabilidade. Com o aiatolá Ali Khamenei em idade avançada (86 anos), Teerã começa a se preparar para uma troca no seu principal cargo, o de líder supremo. E o novo presidente, Masoud Pezeshkian, acaba de ser eleito, após a morte de Ebrahim Raisi em um acidente de helicóptero.

O Hezbollah, contudo, **continua sendo um perigo para Israel e para o resto do mundo**. Durante décadas, o grupo foi lançado no planejamento de atenções em diversos países, até mesmo na América do Sul. A Justiça da Argentina reafirmou recentemente expor as autoridades locais de que o grupo terrorista participou de dois atentados antissemitas no país. Primeiro, em 1992, ocorreu o ataque a bomba ao embaixador de Israel em Buenos Aires, que matou mais de 20 pessoas. Depois, outro atentado à bomba, desta vez à sede da associação judaica Associação Mutual Israelita Argentina (AMIA) em 1994. Mais de 80 pessoas morreram e outras 300 ficaram feridas na ocasião. **Um dos autores desse último atentado viveu em Foz do Iguaçu, no Brasil**. Seus integrantes vivem e frequentam a região da Tríplice Fronteira. No final do ano passado, dois membros do Hezbollah foram presos no Brasil. Segundo investigação da Polícia Federal, eles estavam monitorando judeus em Goiás e no Distrito Federal para planejar possíveis ataques. No total, cinco brasileiros já foram recrutados.

Apesar de não estar tanto no holofote da imprensa do Ocidente, o Hezbollah segue presente e forte. Primeiro, porque nunca foi alvo de uma ofensiva militar e de inteligência, como ocorreu com o Hamas, com a Al Qaeda ou o Estado Islâmico. Em segundo lugar, porque sempre contou com a ajuda generosa do Irã, um país produtor e exportador de petróleo. Deter o Hezbollah não deve ser apenas um objetivo de Israel, mas de todo o mundo civilizado.



[Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/CLUBEDEREVISTAS](https://t.me/CLUBEDEREVISTAS)

Carlos Pereira: Por que a democracia brasileira não morreu?

Cientista político lança livro comentando

[Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/CLUBEDEREVISTAS](https://t.me/CLUBEDEREVISTAS)

12.07.24



DUDA TEIXEIRA

[Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/CLUBEDEREVISTAS](https://t.me/CLUBEDEREVISTAS)

O cientista político Carlos Pereira, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) acredita que a democracia brasileira está bem protegida contra as ações autoritárias de presidentes populistas.

Coautor do livro *Por que a democracia brasileira não morreu?*, escrito com o cientista político Marcus André Melo, da Universidade Federal de Pernambuco, Pereira disse para o **Crusoé Entrevistas** que há dois fatores que se mostram eficientes como protetores da democracia.

O primeiro é a realização de várias eleições competitivas, gerando muita incerteza sobre quem vai ser o vencedor do jogo e em que o resultado é aceito, sem virada de mesa. " *A literatura mostra que quando os países conseguem ter mais de três episódios eleitorais competitivos, legítimos, incertos, a probabilidade de quebra democrática é próxima de zero*", diz Pereira. " *Nós, no Brasil, já fomos para o nono episódio eleitoral para a presidência. Se levarmos em consideração esse preditor, nós estamos muito bem, obrigado.*"

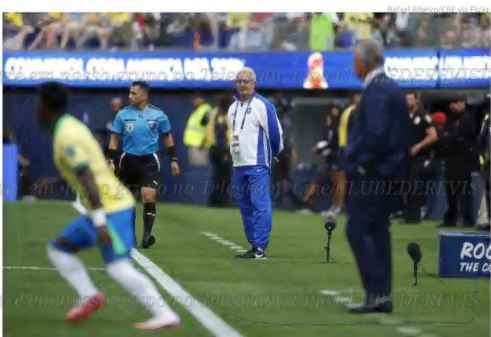
O segundo fator é a riqueza de um país: nações mais ricas têm democracias mais resilientes. " *De acordo com estudos empíricos, países que têm PIB per capita acima de 5 mil dólares não quebram. Não se sabe como ocorre esse mecanismo, mas não há uma causalidade, mas uma realidade empírica*", diz Pereira. " *Há um casamento muito estável entre capitalismo e democracia, quando o capitalismo consegue gerar crescimento. As democracias normalmente quebram quando os países são muito pobres e quando as elites predatórias se perpetuam no poder, sem integrar a grande massa da população. Mas o Brasil está acima desse patamar.*"

O livro *Por que a democracia brasileira não morreu?*, lançado este ano, é praticamente uma resposta ao *Como as democracias morrem*, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt. Esse livro, lançado em 2018, tornou-se um best-seller mundial ao divulgar a ideia de que os populares podem facilmente concentrar poder e eliminar controles ao executivo em um segundo mandato.

Pereira não acredita que a democracia dos Estados Unidos esteja em risco caso Donald Trump volte à Casa Branca. " *Os Estados Unidos têm uma democracia robusta, que é a mais antiga do mundo, com um sistema muito sofisticado de pesos e contrapesos, um presidencialismo com separação de poderes, um federalismo robusto, uma sociedade civil extremamente ativa e vigilante e uma mídia muito independente. Então é muito pouco provável que a democracia americana sucumba com um novo mandato de Trump. Mas isso não quer dizer que a eleição de populistas não traga algum tipo de estresse para a convivência democrática*", diz Pereira.

Assista à entrevista com Carlos Pereira abaixo:





Se Dorival não conseguir virar à frente da seleção brasileira, será exatamente por imitar Zagallo

O treinador inexistente

O técnico do Brasil precisa ganhar, como qualquer outro dos maiores substitutos do mundo. Quando não ganha, tem de encontrar outra forma de convencer a torcida

12.07.24



RODOLFO BORGES

Dorival Júnior se explicou. O treinador da seleção brasileira de futebol disse, em entrevista à ESPN, que **nunca participou de rodinhas preparatórias para disputas de pênaltis, nem quando jogador, para não “incomodar jogadores em momentos como esse”**. Segundo ele, foi o que ocorreu ao fim do tempo regulamentar nas quartas de final da Copa América 2024 contra o Uruguai.

“Estava buscando o próprio [goleiro] Alisson para ter uma conversa mais detalhada com ele, o quarto árbitro havia me chamado um pouco distante da roda, pedindo para que fizesse o corte de um atleta, já que o Uruguai havia perdido um jogador por expulsão, que ele não deveria fazer parte [das cobranças]. Eu não sabia o número do Arana, para cortá-lo, então estava o procurando para ver o número dele apenas”, justificou-se os treinadores.

Dorival cobriu respeito e **lamentou “que as pessoas fizessem avaliação de uma foto, colocação, gesto, atitude”**. Mas nada do que ele diga será capaz de apagar a imagem dos treinadores da seleção brasileira de futebol de fora da roda dos jogadores que estavam prestes a ser eliminados da competição, ainda mais no contraste com a reverência dos uruguaios a Marcelo Bielsa.

Dorival usou durante a Copa América um agasalho em homenagem a Mário Jorge Lobo Zagallo, o maior campeão do mundo de futebol — duas vezes como jogador, uma como treinador e outra como auxiliar —, e não resistiu a repetir a expressão que imortalizou o homenageado, mas a seu modo ameno, sem a mesma culpa:

“Daqui a dois anos, essas mesmas pessoas estão falando demais, e desnecessariamente, sem responsabilidade, talvez tenham que engolir novamente uma grande conquista da nossa seleção.”

Se Dorival não conseguir vingar-se à frente da seleção brasileira, será exatamente por isso *“talvez tenha que engolir”*. **Ele já provou que é um bom treinador**. Após o bicampeonato da Copa do Brasil, com Flamengo e São Paulo, e o triunfo na Libertadores da América com os rubro-negros, o técnico se tornou uma opção óbvia, entre as alternativas brasileiras, para o lugar de Fernando Diniz, já que Carlos Ancelotti não veio.

Mas **o desempenho da seleção brasileira na Copa América sugere que é preciso ser mais do que um bom treinador para comandar um time como esse**. É preciso saber se importa, principalmente nos momentos de maior fragilidade, nas derrotas, e o acanhamento de Dorival não parece se adequar ao cargo. Parece que ocorreu o mesmo no Flamengo, que tem a maior torcida do Brasil, e talvez por isso se faça necessário na seleção de um treinador estrangeiro com vasto currículo, capaz de se importar mesmo quando as coisas não forem bem.

Ironicamente, **Fernando Diniz, que protagonizou derrotas históricas no comando da seleção enquanto dividia suas atenções com os treinamentos no Fluminense, parecia se encaixar melhor no cargo, com a aura de revolucionário** — mas, sob a sombra da promessa de Ancelotti, o também ex-treinador do Fluminense não teve tempo nem de conseguir começar a vencer, de tão impetuosos, ousados e arriscados que são seus métodos.

O técnico do Brasil precisa ganhar, naturalmente, como qualquer outro dos maiores substitutos do mundo. E, quando não ganha, precisa convencer a torcida de alguma outra forma. **Tite o fazia falar — Diego Lugano o classificou como “encantador de serpentes”** —, enquanto Dunga e Felipão simplesmente reclamavam.

A cena em que Dorival aparece levantando o braço para pedir a palavra aos comandados sem receber qualquer atenção é fatal: ampliou a limitação do futebol da seleção, piorou a eliminação e marcou rigorosamente sua passagem pelo comando do tempo. **Vai ser muito difícil se livrar da imagem de um treinador que não existe**.

“Cavaleiro, resistindo tanto tempo só com sua força de vontade, conseguiu fazer sempre de tudo como se existisse: por que se renderia de repente?”, pergunta Rambaldo ao cavaleiro Agilulfo Emo Bertrandino dos Guildiverni e dos Altri de Corbentraz e Sura, cavaleiro de Selimpia Citeriore e Fez, que dá título ao *Cavaleiro Inexistente*, de Italo Calvino.

Rambaldo fala isso diante de uma armadura vazia, *“não vazia como antes, esvaziada também daquele algo que se chamou o cavaleiro Agilulfo, e que agora se dissolveu como uma gota no mar”*.

O cavaleiro inexistente, que consistia apenas numa branca armadura vazia, decide sumir de vez após concluir que o feito que lhe rendeu o título — a proteção da virgindade de uma donzela — não teve efeito como se imaginava, pois a mulher protegida não seria mais virgem à altura do salvamento.

Descobriu-se tarde demais para Agilulfo que a virgindade da donzela tinha sido mantida por 37 anos, graças a ele. **O Brasil saberá em 5 e 10 de setembro, nas partidas contra Equador e Paraguai pelas Eliminatórias da Copa do Mundo, se Dorival Júnior tem condições de conseguir algum feito para justificar sua existência na seleção**.

Rodolfo Borges é jornalista

As opiniões divulgadas pelos colunistas não refletem necessariamente as opiniões de O Antagonista e Crusoé



Reforma tributária aprovada foi substancialmente um movimento progressivo pelo Estado

Não há civilização com privilégios

Reforma tributária, que teve sua primeira regulamentação aprovada esta semana, é no fundo um grande ajuste de contas feito no Brasil

12.07.24



LEONARDO BARRETO

Quem estuda qualquer uma das ciências sociais terá que passar críticas por Norberto Bobbio e suas três gerações de direitos . A primeira delas, chamada de *“direitos de liberdade”*, trata da igualdade civil que, entre outras características, preconiza o tratamento igualitário de todos em relação à lei.

Por isso, foi com expectativa que **a reforma tributária, mais do que um ajuste de impostos, poderia ser atendida como um movimento civilizatório**, todos aplicáveis sob a mesma regra de impostos.

Tentaria uma revolução considerando que, ao longo do tempo, cada setor econômico foi submetido a um tratamento especial para si a partir de trocas com o sistema político. **Não faz muito tempo, entendendo seu poder, o Estado brasileiro passou a agir como um gangster, criando uma situação insuportável para, depois, vender proteções. Quem pôde, comprou.** Por isso, chegou-se a um contraste no qual, embora o sistema tributário fosse um caos de leis, havia uma certa acomodação porque, de algum modo, os setores econômicos, principalmente os mais significativos, conseguiam suas proteções via lobby ou via litígio.

Num mundo ideal, a reforma tributária seria gerada na sociedade e representa como uma reação ao Estado . Exigiria que os governantes se adequassem a uma boa relação de custo e benefício para as pessoas e priorizassem a competitividade da economia. O Brasil poderia viver a sua própria *“Revolução do Chá”*, referência a uma das rebeliões que compuseram o mosaico de eventos da independência dos Estados Unidos e que teve como significado a forte associação entre pagamento de impostos e reconhecimento de cidadania.

No mundo real, no entanto, a reforma tributária aprovada foi substancialmente um movimento promovido pelo Estado. E, vindo daí, o objetivo principal não pode ser outro a não ser arrecadar. Após a falência da política de atração de investimentos via incentivos fiscais, os estados mais pobres aceitam abrir mão dessa prática em troca da cobrança do imposto onde o bem ou serviço é consumido e de uma compensação a ser paga pelo governo federal. **Os estados mais ricos, cansados de perderem indústrias para essas localidades, toparam ceder em troca de uma unificação nacional das alíquotas e o fim da guerra fiscal, esperando voltar a ser polo de atração de investimentos.**

A unificação das alíquotas promove o aumento da carga de muitos setores que, hoje, pagam menos impostos por qualquer motivo. Outros contribuirão menos, como a indústria, pois possuem cadeias produtivas que serão beneficiadas pelo sistema de apuração de impostos. **No fundo, trata-se de um grande ajuste de contas feito no Brasil, com um reequilíbrio da distribuição de cargas entre todos.**

É claro que um movimento dessa magnitude não é feito sem resistências. E, se alguns atores já estavam conseguindo proteções do Estado gangster em outro momento, é fácil deduzir que possuem condições de fazer o mesmo agora. Não por acaso, muitos regimes especiais foram criados, tendo que ser compensados por aqueles que ficaram na vala comum.

A lógica que deveria ter sido aplicada obedeceria à seguinte ordem. Primeiro, crie-se a lei geral. Depois se decidiria quem precisaria de atenção especial por meio de políticas públicas com clareza da renúncia fiscal envolvida, resultados esperados e revisões periódicas. **Na prática, se protegeu várias exceções para, a partir do seu custo, saber quanto será a alíquota dos comuns.**

O benefício é que ficará mais claro para todos o quanto alguns deixam de pagar e o quanto essas vantagens oneram os demais. Pode ser que esse seja um passo necessário para que mais igualdade seja construída. A desvantagem é perceber que o país não é maduro o suficiente para entender o quão bons são os benefícios da civilização. O resultado? O Brasil deve ter a maior alíquota de imposto do mundo.

Leonardo Barreto é cientista político e sócio do **I3P Risco Político**

As opiniões divulgadas pelos colonistas não refletem necessariamente as opiniões de O Antagonista e Crusoé



Na França, país que mistura os regimes presidencialista e parlamentarista, as coisas são, e estão, mais complicadas

Eleições: EUA; Reino Unido; França

As normas em três países diferentes determinam a campanha, o resultado e as coalizões possíveis

12.07.24



IVAN SANT'ANNA

Na quinta, 27, os candidatos à presidência dos Estados Unidos, Donald Trump (republicano) e Joe Biden (democrata), debateram nos estúdios da *CNN*, em Atlanta. Ambos querem, é claro, vencer as eleições presidenciais de 5 de novembro.

A iniciativa de promover o debate foi de Biden.

Após hesitar um pouco, Trump aceitou. **Aceitou porque a Constituição americana é omissa em quase tudo, inclusive a hipótese de um candidato mentiroso deslealmente durante (assim como antes e depois) do debate, assacando as mais desleais mentiras contra o opositor.**

Segundo pesquisas feitas pela *CNN*, Donald Trump mencionou mais de 30 vezes, amparado pela liberdade de expressão garantida pela Primeira Emenda da Carta Magna, mesmo que o mentiroso afirmasse que John Kennedy se suicidou e não foi vítima de um ataque de elite, Lee Harvey Oswald, um ex-fuzileiro naval, como ficou amplamente comprovado no relatório Warren, que investigou o assassinato.

A imprensa, a opinião pública e mesmo os partidos de ambos os partidos devem estar dando como certa a vitória de Trump, não tanto pela combatividade, voz fraca e semblante doentio de Biden.

Afinal de contas, com Franklin Delano Roosevelt (hemiplégico por causa de uma poliomielite) sentado em uma cadeira de rodas, e estando os EUA em plena Segunda Guerra Mundial, elegeu-se pela última vez (quinto mandato consecutivo) em 1944, morrendo do coração, na Geórgia, em 12 de abril de 1945, apenas 18 dias antes do suicídio de Adolf Hitler, no bunker da chancelaria do Reich, em Berlim.

Nenhum americano se preocupou com os seguidos túmulos de Gerald Ford (38º presidente do país) em escadas de aviões, contando piadas a respeito, mas jamais ligando os fatos a uma possível incapacidade de governar o país.

Agora, se o eleitor está vendo em Biden uma senilidade debilitante que o preconceito na condução do Estado e no posto de comandante-em-chefe das Forças Armadas é outra história.

Imagine Joe Biden de aparecer na última hora, em plena convenção democrática, e cedendo o lugar à vice-presidente Kamala Harris, única pessoa que, por ela, pode herdar centenas de milhões de dólares doados pela Democrata à candidatura Biden.

Donald Trump pode ser um vigário, mas bobo é que não é.

Falar mal e atacar falsidades contra Biden (um pretenso doente) está começando a pegar mal.

Ele (Trump) deve estar com medo de ver os democratas mudarem seu candidato.

Uma coisa é misturar um adversário. Outra, detonar um inimigo desconhecido. E, portanto, sem passado, sem nome e sem resumo da carreira política.

O desfecho dessa novela não demorará a ser conhecido.

* * *

Na semana passada, os trabalhistas (*Labour Party*) do Reino Unido venceram as eleições pela maioria esmagadora.

Mais do que esmagadora : **Vitória esmagadora**, como costuma ser dito nos países de língua inglesa.

Eles, trabalhistas, obtiveram 411 dos 650 assentos da Câmara dos Comuns, o que significa que têm maioria absoluta e **não precisarão fazer coalizões com nenhum dos demais 14 partidos para poder governar.**

No Reino Unido, o voto é distrital.

Os Democratas votam no representante do seu partido no seu distrito eleitoral, já sabendo em quem ele irá votar.

Desta vez, **o ungido por seus pares trabalhistas foi Keir Starmer**, que sucedeu Rishi Sunak, descendente de indianos que liderava os conservadores (*tories*), que estavam no governo havia 14 anos.

Logo que o último voto foi apurado, Sunak entregou o cargo ao rei Carlos III, audiência logo seguida por outra, a de Starmer, a quem Sua Majestade pediu para formar um governo, sem que desse nenhum palpite nessa escolha.

Pura questão protocolar.

* * *

Na França, país que mistura os regimes presidencialista e parlamentarista, as coisas são, e estão, mais complicadas.

Usando seus poderes constitucionais, o presidente Emmanuel Macron, insatisfeito com o resultado das eleições do Parlamento Europeu, nas quais venceu a direita (leia a reportagem " *Extremo Engano* " nesta edição da **Crusoé**), resolveu testar a França. Dissolveu o Parlamento, cuja legislatura só terminaria no final do ano.

Na primeira volta, a direita nacionalista, de Marine Le Pen, quase fez a maioria. Nessa hipótese teria havido uma " *coabitação* ", o que só aconteceu três vezes, desde a Constituição, pelo presidente Charles de Gaulle, da 5ª República, em 4 de outubro de 1958.

Voltando ao ponto máximo deste ano, **no segundo turno as coisas se inverteram**. A esquerda obteve 182 assentos na Assembleia Nacional, a coalizão derrotou Macron, 168, e a direita radical, 143.

Basta agora Emmanuel Macron fazer uma aliança com a esquerda para que eles se libertem de Le Pen.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os comunistas apoiaram a Resistência e vice-versa. Mesmo porque a União Soviética, governada por Joseph Stálin, se uniu aos aliados, após ter sido atacada pelas divisões de Adolf Hitler, na *Operação Barbarossa*.

Após o conflito, por diversas vezes os comunistas venceram eleições francesas no 1º turno, mas sempre perderam no segundo.

Mais tarde, esse papel de cavalo com pouco brilho passou a ser interpretado por Le Pen, primeiro Jean-Marie, depois sua filha Marine.

Ivan Sant'Anna é escritor e investidor

[email protegido]

As opiniões divulgadas pelos colunistas não refletem necessariamente as opiniões de O Antagonista e Crusoé



Cancelamento é como macumba: só funciona em quem acredita

Cancelamento, macumba e antifrágilidade

Feitiço só funciona em quem acredita

12.07.24



JOSIAS TEÓFILO

O antropólogo francês Claude Lévi-Strauss num artigo criado demonstra como a eficácia da magia em sociedades indígenas depende da crença na própria magia. E isso se dá em três aspectos fundamentais: a crença do feitiçeiro na eficácia das suas técnicas; a crença do doente que ele cura ou persegue; e a confiança coletiva nesse processo. No caso de um sujeito que é enfeitado, ele está intimamente persuadido de que está condenado, e o resultado é que " *a integridade física não resiste à dissolução da personalidade social*" e ele morre.

Já vi artigos relacionando o artigo de Lévi-Strauss, chamado *O Feitiçeiro e sua magia*, à prática de cancelamento atual. De fato, as semelhanças são bastante impressionantes, se bem que o resultado acaba sendo mais uma morte social, ou a perda de um emprego. E como no caso das sociedades mágicas, acreditar (e se ressentir) é parte do processo para a morte social ou profissional. Vi ao menos um caso que se enquadra perfeitamente nesse padrão: em 2017 o cineasta Marcelo Pedrosa lançou o documentário de longa-metragem *Por trás da linha de escudos*, sobre os embates entre a polícia e os movimentos sociais no Recife, porém mostrando também o lado da polícia, humanizando os policiais. O filme passou em dois festivais – em Cachoeira e Brasília – mas foi mal recebido pela crítica e Marcelo teve uma crise pessoal. Disseram-me que até entrei em depressão. Tirou o filme de circulação. Em 2023, finalmente, foi lançada uma nova versão do filme, em que faz uma reflexão sobre o original – à maneira de João Moreira Salles em *Santiago*.

Ele justificou a própria síncope dizendo o seguinte: " *Diante do processo histórico que estamos vivendo, nos pareceu impossível continuar veiculando aquele filme*". Nunca imaginei que crítica ou repercussão negativa levasse um cineasta a retirar o filme de circulação e entrar em depressão. Mas me diga: **ele tinha sido ignorado sozinho e manteve o filme?** Talvez tivesse sido bem recebido em alguns setores, e até tido uma vida profissional mais profissional do que a que aparentemente teve nesses anos. **Ele acredita na macumba feita contra ele** – para usar um termo mais brasileiro que magia (se você acha que o termo macumba é pejorativo recomenda ler o que Antonio Risério escreveu sobre o assunto).

É por isso que eu acho que o cancelamento é como macumba: só funciona em quem acredita. Só que existem casos concretos de pessoas que perderam o emprego, perderam o acesso a festivais e outras oportunidades profissionais por seus cargos, declarações ou obras. Nesse caso o cancelamento é bem real, e a macumba pega. E o medo de cancelamento tem efeito cascata no meio artístico, provoca uma espiral de silêncio – as pessoas têm até coisas simples como usar certas palavras, citar certas pessoas.

Agora, **os artistas, assim como as prostitutas, são antifrágéis segundo Nassim Taleb**, autor do clássico *Antifrágil*. No livro ele fala que a fama de muitos artistas se deveram à sua ficha criminoso. Um exemplo brasileiro: em 1993 o poeta Bruno Tolentino chegou ao Brasil depois de quase trinta anos na Europa. Chegou deportado, pois havia sido preso e condenado por tráfico de cocaína. Ele nunca escondeu seu passado, até mesmo conto em entrevistas à *Globonews* e ao Jô Soares – ter sido preso não afetou sua fama pois veio a ganhar os prêmios mais importantes na sua área existente no país.

Mas os artistas atualmente têm se mostrado bastante frágeis, no sentido de que são muito facilmente canceláveis. Como foi que isso aconteceu? Um filme ou uma obra de arte em geral é um empreendimento (não é só isso, evidentemente, mas também é isso), e este empreendimento pode ser feito por uma empresa ou por uma pessoa, pode dar lucro ou prejuízo. Nesse caso, os artistas foram se acomodando a duas muletas para produzir: o Estado e grandes corporações. De modo que os filmes são feitos com mais facilidade, não há risco nenhum em fazê-los, mas é preciso submetê-los àqueles que controlam o Estado e as grandes corporações – o que aliás é um problema marxista clássico, mas parece que a esquerda o esqueceu.

Josias Teófilo é jornalista, escritor e cineasta

As opiniões divulgadas pelos colunistas não refletem necessariamente as opiniões de O Antagonista e Crusoé



Não há homem que não sinta uma pontinha de solidariedade para com os srs. Biden e Waters

[Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/CLUBEDEREVISTAS](https://t.me/CLUBEDEREVISTAS)

Conversando com meus botões — em rede nacional

Os sinais claros e evidentes de que a idade chegou para Joe Biden, movido em um debate presidencial, e para Roger Waters, falando sozinho em entrevista

12.07.24

[Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/CLUBEDEREVISTAS](https://t.me/CLUBEDEREVISTAS)



ORLANDO TOSETTO JÚNIOR

Jorge Luís Borges gostava muito dos *kenningar*, o sistema de metáforas usado pelos poetas e rapsodos islandeses em suas canções e poemas épicos antigos que cantavam as fachadas e os azares dos *vikings*. Dado o tema, logicamente a maioria dos *kenningar* simbolizava fatos da guerra: a tempestade ou montagem de espadas, o voo ou a canção das lanças, o festim das águias, e assim por diante. Reli por estes dias o artigo dele a respeito tendo em mente as insuficiências da idade que avança e, visto que os guerreiros de antigamente morriam cedo, só fiquei um *kenning* que pode, com boa vontade e força de imaginação, falar da velha: **o que chama a barba do homem de “a floresta do queixo”**. É verdade que todo *viking* era barbudo; se, entretanto, a floresta estiver nevada, estará então a barba do velho. Deduzi ou inventei eu, portanto, isso é fácil *de entender*. A metáfora ou alegoria antiga da velhice mais conhecida até hoje, entretanto, está no enigma que a Esfinge apresenta a Édipo: a terceira parte do animal, a que, à tarde, caminha sobre três pernas (suas duas e a bengala). **Talvez agora o mundo moderno esteja organizando uma nova: dar às de Joe Biden. Ou às de Roger Waters.**

Agora, não há homem que, agindo como me envolve, não sinta uma pontinha de solidariedade para com os srs. Biden e Waters. E um pouco de medo também: não há homem que se envolva e não veja em Biden ou em Waters uma espécie de augúrio da sua própria futura, ou a intensificação de certos sinais da sua atualidade. Não sei se o amigo os viu em suas aparições recentes: **Biden sendo molhado no debate com Donald Trump, Waters conferindo com seu duende interior na entrevista que deu a Piers Morgan.** Se os viu, fica mais fácil entender o que quero dizer.

É que o envelhecimento traz, entre outros males, um embananamento geral para com ambientes, gestos e palavras (Biden), e ainda nos faz pegar a mania de falar sozinho (Waters) ou de cumprir gente que achamos que está lá, mas não está (Biden). E isto em público: no metrô, na rua, na fila do mercado. Ou, no caso deles, diante das câmeras. **É coisa que já acontece comigo, em menor escala: minha mulher me recupera todas as muitas vezes em que me flagra falando sozinho.** E eu, que ainda sou capaz de fazer piada comigo mesmo, respondo: não estou falando sozinho, estou conversando com gente que você não vê. **Meu duplo, meu *doppelgänger*, meu eu lírico, meu duende interior, tanto faz. E só de birra estendo a mão para cumprir esse ente que torno, na marra, existente.** Assim, quando vejo Biden cumprimentando o vento, ou Waters murmurando com seus dedos diante de câmeras e do mundo, fica com pena da senilidade e receio de estar vendo a mim mesmo daqui a dez ou quinze anos: falando sozinho sem saber, sem ser capaz de me auto-avacalhar, e dando pena nos rapazes de quase sessenta anos.

É verdade que prestar atenção demais em cantores ingleses e em presidentes americanos talvez seja, por isso mesmo, sinal de um começo de senilidade da minha parte. Afinal, o *momentum* dos cantores ingleses passou faz tempo, e a influência dos presidentes americanos está passando, está passando. **Melhor seria, talvez, prestar atenção nos cantores coreanos e nos presidentes chineses. Gente, aliás, parece que nunca vai dar certo.**

* * *

No terreno dos assuntos domésticos, nacionais, andei ponderando com a minha senhora as vantagens alimentares do pé de frango, em atenção, como bom e temente democrático, à sabedoria espantosa e ao gosto especioso por iguarias do nosso brilhante líder supremo. **Antes de tratar do pé do frango, porém, analisamos a picanha, que o iluminado chamava de “carne de alto padrão”.** Agora, se assim ele disse, assim é a coisa: **padrão alto**. Por isso ficamos a favor da tributação da carne de alto padrão. Por coerência: como, no Brasil de hoje, o padrão democrático vigente é *“pau no padrão alto”* (não só no padrão alto da carne: em qualquer padrão alto, e até no médio. **Se você duvida, ligue a TV, o rádio, abra um jornal ou vá a uma livraria e veja como o padrão alto e o médio estão sendo enxovalhados neste país**), então pau e imposto na picanha. E na fraldinha, no coxão mole, no patinho, no contrafilé e na alcatra.

Mas de volta ao pé de frango. Diz minha senhora que naquela pele amarela e craquelada de jacaré ele tem colágeno, substância presente nas gelatinas e nas peles das pessoas jovens. E proteína, e gordura, e tutano: é praticamente um mocotó. **Não é à toa que é também rico em fibras, em vitaminas, em sais minerais, em lactose e açúcares e fosfato e magnésio e bicarbonato e antioxidantes e até, quem sabe, antibióticos e probióticos naturais.** Se é que não desentope pias, atende à porta, anota aí e realiza pequenas tarefas. Em resumo: é um repositório de excelências o pé de frango, e, dado quem o recomenda, dele não espero que sejam maravilhas. Com um par de pedras, umas batatas e um livro de receitas do Pedro Malasartes, deve dar uma sopa excelente, de fácil digestão para nós, para Biden, Waters, Silva e todos os Silvas humildes que penam sob as ideias e a caneta do Silva.

Orlando Tosetto Jr. é escritor

As opiniões divulgadas pelos colunistas não refletem necessariamente as opiniões de O Antagonista e Crusoé



Uma imagem (muito real) de Joe Biden: EUA veem, em ano eleitoral, uma farsa política às claras e em tempo real

A candidatura de Joe Biden tornou-se um deep fake

12.07.24



JERÔNIMO TEIXEIRA

[Entrar em nosso grupo no Telegram: t.me/CLUBEDEREVISTAS](https://t.me/CLUBEDEREVISTAS)

Estacionado em um beco sórdido, o furgão tem as portas de trás escancaradas, expondo sua mercadoria: rifles, metralhadoras, bazucas, lança-foguetes. No centro do compartimento de carga, avulta a figura portentosa do vendedor de armas: Kim Jong-Un. No chão do beco, à direita, um comprador estende a mão ao comerciante. É Vladimir Putin.

A imagem foi publicada no X, antigo Twitter, por meu amigo Leonardo Coutinho, jornalista e autor de *Hugo Chávez, o espectro*. Ilustrava uma crítica sucinta ao alinhamento do governo brasileiro com duas ditaduras belicistas. Coutinho deixou um aviso no post: *“Não deveria ser necessário avisar que a imagem foi gerada por inteligência artificial. Mas... aqui vai. É uma imagem criada por AI”*.

De fato, deveria ser óbvio. Os ditadores gerenciam o comércio da morte em seus palácios, não em rodas escuras. O criador da imagem apenas encontrou uma forma criativa de representar a união espúria da Rússia e Coreia do Norte, mais ou menos ao modo dos chargistas tradicionalmente publicados nas páginas de opinião dos jornais (como é próprio do humor gráfico, a imagem até exagerou um tantinho a obesidade de Kim Jong-Un). Mas, como a imagem se parece com uma fotografia, a cautela de Coutinho se justifica.

Dias depois, eu mesmo quase comprei como verdadeira uma imagem fabricada. Era um vídeo, também publicado na casa de Elon Musk, não qual uma turba de jovens manifestantes americanos vibrava quando uma bandeira gigante do aiatolá Ali Khamenei era desfraldado sobre a entrada do Museu do Brooklyn, em Nova York. Agora, se em alguns protestos houve gente carregando a foto de Yahya Sinwar, principal planejador do ataque bárbaro a civis israelenses em outubro do ano passado, por que essa turma não aplaudiria também o aiatolá iraniano que financia o Hamas? Mas a inscrição absurda no banner dava a pista de que se tratava de uma sátira: *“O Líder Supremo agradece a vocês, meninos e meninas americanos”*.

Deep fake é o nome que se dá a essas criações digitais. Há quem se preocupe com seu uso na manipulação do eleitorado, mas, até agora, a internet vem se auto-regulando com eficiência e rapidez. A foto manipulada de Kate Middleton com os filhos e as imagens falsas de Donald Trump cercada por apoiadores negros foram rapidamente desmascaradas.

Tendo a achar que a inteligência artificial não mudará significativamente o modo como fabricações, contrafações e distorções circulam no debate público. As imposições mais eficientes do universo político dispensam ferramentas digitais. Algumas delas estão até encampadas por parte dos profissionais que devem denunciá-las – os jornalistas. No Brasil, tal é o caso da chamada *“restauração da democracia”*.

Neste ano eleitoral nos Estados Unidos, o país está vendo uma farsa política se gestando às claras e em tempo real. Desde o fiasco que estreou no debate contra seu adversário no dia 27 de junho, Joe Biden, candidato à reeleição pelo Partido Democrata, converteu-se em um *deep fake* analógico, tanto mais patético porque ninguém acredita nele. Não haverá como voltar atrás da farsa: se o Partido Democrata optar por outro candidato – não conseguirá indicação clara de que o faria até o fechamento deste texto –, só deixará escancarado o que menti sobre a saúde mental de Biden.

O pânico se instalou no Partido Democrata, pelo que reporta a imprensa americana, mas mesmo os apelos para que Biden renunciasse à candidatura – como aquele feito por Nancy Pelosi há alguns dias – são dominados por eufemismos. A negação da realidade dá a tônica. No X, Barack Obama disse que um mau desempenho em debate não é o fim da linha, que ele mesmo já passou por essa reviravolta e saiu vencedor das urnas. Referia-se a certo seu desempenho ruim contra Mitt Romney no primeiro debate da campanha de 2012. A comparação não faz sentido: Obama perdeu o debate, mas não perdeu a linha de raciocínio em respostas incoerentes, como fez Biden no confronto com Trump.

O jornalismo não se saiu muito melhor do que os medalhões democratas. É comum e perfeitamente admissível que veículos de imprensa estejam alocados a este ou aquele candidato – só não se admite que neguem a realidade para favorecê-lo. No site *Persuasion*, o cientista político Yascha Mounk criticou duramente a atitude da grande imprensa americana, que ao longo dos quatro anos de Biden na Casa Branca ignorou os sinais de senilidade do presidente. Na sua visão, o recente editorial do *The New York Times* pedindo que Biden renunciasse à candidatura chegou tarde e chegou fraco. Veio na forma de um *“conselho de campanha”* aos democratas: Trump é perigoso e por isso o partido deve buscar um candidato mais enérgico para enfrentá-lo. O que faltou ao editorial, afirma Mounk, foi *“um reconhecimento das razões substantivas pelas quais os americanos talvez não desejem ser governados, nos próximos quatro anos, por um octogenário mentalmente comprometido cujas faculdades estão visivelmente se deteriorando em ritmo acelerado”*.

O texto de Mounk faz dupla com um artigo incisivo de um colaborador regular do *Persuasion*, Quico Toro. Ele faz uma constatação simples e precisa: ao sustentar, contra escandalosas evidências em contrário, que seu candidato senescente ainda conserva a capacidade cognitiva de governar o país, o Partido Democrata pôs a perder a confiança do eleitor. Toro diz que, pela primeira vez, sentiu *“nas entranhas”* todo o *“cinismo da casta dirigente do Partido Democrata”* – e compreendeu porque uma pessoa sensata pode preferir Trump na Casa Branca.

Entre o pessoal bem pensante da esquerda, Mounk e Toro são exceções. De modo geral, a elite progressista americana, como sua congênere brasileira, acha que só fascistas e pobres diabos manipulados pela mídia votam nos candidatos que eles rejeitam. Perdeu o contato não apenas com o povo, mas com a realidade.

Jerônimo Teixeira é jornalista e escritor

As opiniões divulgadas pelos columnistas não refletem necessariamente as opiniões de O Antagonista e Crusoé